

A VIDA PORTUGUESA

Quinzenário de inqué-
rito à vida nacional.

Director—JAIME CORTESÃO

Propriedade da
RENASCENÇA PORTUGUESA

Secretário da redacção e administrador: ÁLVARO PINTO — Editor: Costa Júnior

Redacção e administração: Galeria de Paris, 48-1.º — Tip. Costa Carregal, tr. F. Manuel. — Assinatura, 10 n.ºs 200 réis. (Brasil—1\$000 rs. fr.)

AO BRASIL

Passa hoje para a nação Brasileira mais um aniversário da proclamação da sua República. E' este, pois, para o Brasil um dia de íntimas recordações e profundos ensinamentos. E porisso mesmo é que nós, sem outros motivos que não sejam os da estreita comunhão que dá a identidade de raça, saudamos o grande povo com entusiasmo e esperança. Ele tem sido um ramo agradecido e generoso que nem ao volver-se mais potente que a árvore-mãe a há repudiado. Demos-lhe sempre, nos seus momentos de alto regosijo, a consagração do nosso respeito e a certeza da nossa solidariedade.

O CENTENÁRIO DE 1915

Convencidos, como estamos, de que sem uma larga renovação de estudos historicos em Portugal se não renovará também a consciência nacional não podemos deixar de aplaudir como incentivo, e estabelecidas certas reservas, a celebração do 4.º centenario da tomada de Ceuta e 5.º da morte de Albuquerque.

Esses cem anos que medeiam entre a nossa primeira empreza fóra do território pátrio e a morte do maior génio guerreiro da nossa história são o nosso período áureo, aquele em que na posse plena das maiores virtudes concebemos e realizamos a dádiva máxima à Humanidade.

Não se concebe no entanto que a comemoração desse período seja celebrada por homens que desconhecem por completo aquelas virtudes e que, unindo a acção ao desejo, não tentem erguer-se áquella mesma altura.

Se a nossa sociedade, ou uma parte dela suficientemente representativa não quizer fecundar o presente com um espirito de continuidade histórica; se através da sua consciência, um novo ideal

colectivo não houver mergulhado as raízes no passado, então a celebração de semelhante centenário seria uma palhaçada ignóbil, mais degradante que exaltadora.

Falar das grandezas do Passado, celebra-las com hinos e festas, sem que os desejos, os sentimentos e os actos do presente sejam tocados de igual grandeza a explicar esse entusiasmo, é o mais triste dos absurdos, a mais deslavada falta de pudôr.

¿Será que no entanto exista na sociedade portuguesa ou, no mais restricto caso de esperança, numa minoria suficientemente representativa e directora esse estado de riqueza de consciência, ebulliente de energias claramente finalizadas, serena, firme, pronta e capaz no remediar todos os males e prevenir todos os perigos?

Não. Por enquanto não existe.

E o mais que é licito afirmar-se é que está em via de formação; o que é possível garantir-se é que existe em pálida aleluia a necessária atmosfera propícia de entusiasmos, vontades, sacrificios e iniciativas dispersas. Só é licita, digna e justa a realisação desse centena-

rio se houver nascido o Sol dessa antemanhã, que por agora só lividamente nos alumia, deixando crer a alguns que essa lividez é a sombra última da tarde, o primeiro luto de Noite e Morte.

Almas de escravos não podem exaltar herois, nem bocas, onde grita o egoismo, a vaidade, a inépcia e a ambição deshonestas e inutil, cantar façanhas épicas, obras de virtude e heroismo.

Não é com doestos, vaias tópes, gritos de inveja raiventa, uivos de cubiça em fôgo que se fazem os hinos de glória.

Os lóbos e os abutres não sabem cantar.

Mas se as almas estão vestidas de graça e o desejo único de virtude e nobreza as ilumina, então, sim: a perfeição transforma-se em harmonia, as memórias rememoram recordações heroicas e as bocas sabem cantar tudo o que é belo e sublime.

Esta é a questão do centenario.

Acaba o governo, após uma proposta da Academia das Ciências, de nomear uma comissão encarregada de estudar a melhor forma de realisar esse centenário. O decreto do governo indica por enquanto apenas as sociedades e agremiações, cujos membros haverão de formar a comissão organizadora.

Não se conhecem, pois, ainda

esses nomes, muito menos a forma porque a comissão se propõe realisar os seus trabalhos.

Mas, se essa comissão estiver animada do desejo de encarar a sua obra a sério, e por emquanto nada nos pode levar a supôr o contrario, tem de começar desde já os seus trabalhos e tentar dentro destes trez anos e dentro tambem das medidas do possivel de tornar a nossa sociedade digna desse centenário.

Longe de mim a ideia de que só uma comissão por muito numerosa e válida que fôsse pudesse em tão curto espaço de tempo transformar por completo uma sociedade e purificar-lhe, siderar-lhe a vontade com o fôgo dos nobres impulsos.

É impossivel, bem sei.

Mas ha uma parte dessa sociedade animada de óptimas vontades mas inda mal esclarecidas, que urge educar, orientar para que ao menos uma minoria consciante possa valorisar, dar significado de beleza moral a esse centenário.

Que haja festas, pompas, cortejos, sessões solenes pouco importa, dado que nos indivíduos não haja a capacidade intrínseca para as realisar.

¿Quais os meios de esclarecer essa minoria, ou pelo menos de despertar nessas consciencias bons desejos e interesse pelos estudos históricos?

Educar nesse sentido a mocidade das escolas e o povo por meio de conferências. ¿Porque não se haveria de formar uma sociedade de conferências com esse fim e para a qual se buscasse o apoio e o auxílio do Estado, se é que é licito esperar dele algum auxílio para este género de iniciativas?

Actualmente em Portugal ha pelo menos duas sociedades, cujo esforço se dirige para esse fim: *A Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos* e a *Renascença Portuguesa*.

Aquela sociedade na sua *Revista de História* (n.º 1; Janeiro—Março de 1912) fala na necessidade de organizar um congresso nacional de História e Literatura.

Esse congresso seria duma oportunidade e utilidade que é inutil encarecer com palavras.

Para que os nossos leitôres tenham uma ideia do que possa vir a ser esse congresso transcrevemos daquela revista e com a devida vénia as seguintes palavras:

«Quaes os fins, que se deve propôr um tal Congresso? A nosso ver os seguintes: 1.º procurar saber quaes os conceitos do-

minantes de historia e de litteratura, como arte, e critica e historia litteraria. 2.º Indagar que elementos possuímos e como trabalhamos nessas duas especialidades, para o que seria util organizar a bibliographia dos ultimos annos sobre esses assumptos. 3.º Tentar dar uma certa unidade ao trabalho, unidade de methodo e unidade de fins, combinadamente com o ensino official, valioso elemento de divulgação. Seriam tambem valiosas as indicações fornecidas por um inquerito geral ao ensino das disciplinas historicas.

Dois secções conteria o congresso: Historia e Critica Litteraria ou simplesmente Litteratura, para seguir a usual denominação. Na primeira, deveriam estudar-se entre outras these, as seguintes:

1.º Definição de historia e seus limites. — A necessidade e a contingencia em historia.

2.º Da attitudo objectiva e subjectiva em historia.

3.º Da philosophia na historia.

4.º A divulgação das fontes originaes.

— O Estado e a iniciativa particular.

5.º Do Estado das bibliothecas e archivos publicos.

6.º Do estado das sciencias auxiliares.

7.º Da historia local.

Na segunda secção, tambem algumas theses se impunham urgentemente:

1.º O conceito da litteratura, como arte, e historia litteraria como sciencia.— Seu methodo.

2.º Nomenclatura—Esboço dum lexico.— Divisão em épocas.

3.º Relações de litteratura portugueza com a hespanhola.

4.º Relações de litteratura portugueza com a francêsa.

5.º Relações de litteratura portugueza com a brasileira.

8.º As sciencias auxiliares.

9.º A divulgação dos ineditos.

Com nma pequena quota de inscripção alcançar-se-ha a garantia precisa para a a organização e para a impressão do relatório final».

Eis uma bela ideia. *A Renascença Portuguesa* não só lhe não regateia louvôres, mas desde já oferece todo o seu apoio e possivel auxílio para a realisação desse congresso.

Um dos resultados dele seria despertar o interesse pelos estudos históricos na nossa sociedade e aproxima-la da revelação dum novo ideal a dirigir as volições colectivas.

Revelar esse ideal, esclarecido de continuidade histórica, ao Povo portuguez é a grande obra de educação e a verdadeira política deste momento.

Na sua grande maioria os nossos políticos não o entendem assim. Quasi todos eles nas suas ideias e projectos teem um vago ar de filhos de pais incognitos, um pouco esquecidos de que são portuguezes e que a governação dos povos não é coisa que se possa ou deva isolar no tempo.

JAIME CORTESÃO.

QUESTÕES ECONÓMICAS

O PROBLEMA DA EMIGRAÇÃO

OPINIÕES DOS SNRS. BENTO CARQUEJA, DIRECTOR DO "COMÉRCIO DO PORTO," E BERNADINO VARETA, PRESIDENTE DO CENTRO COMERCIAL DO PORTO.

Mais e mais vae crescendo de dia a dia o terror pelo aumento pavoroso da emigração e, espalhadamente, se andam fazendo estudos e projectos. A primeira entrevista que publicámos sobre o assunto delineou-o nos seus contornos gerais.

Hoje novos aspectos lhe acrescentam as respostas dos snr. Bento Carqueja, distinto economista e um dos mais ilustrados directores de jornais, e Bernardino Vareta, sempre incansavel no estudo inteligente de tudo que diga respeito a comércio e industria.

Fala o snr. Bento Carqueja

«A *Renascença*» atacou, incontestavelmente, um dos mais interessantes problemas da vida portugueza—o problema da emigração.

O que é preciso é consideralo

sob um criterio moderno, liberto de velhos preconceitos que por longo tempo o obscureceram.

Debaixo de tres pontos de vista deve ser considerado:—causas e caracteres da emigração, meios de a regularisar e utilidade a colher d'ella.

Causas e caracteres

As causas da emigração são aquellas que Beaulieu apontou, n'um seu notavel estudo, publicado no «*Economiste Français*»: a má situação economica do paiz de origem e a attracção do emigrado para o emigrante.

Superfluo será demonstrar a má situação economica de Portugal; ella revela-se por multiplas formas, especialmente pelo desaproveitamento da terra portugueza. Se a terra fosse devidamente aproveitada, se a cultivassemos por pro-